

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.457 - PR (2019/0223651-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA  
**ADVOGADO** : SEBASTIAO JOSE ROMAGNOLO - SP070711  
**AGRAVADO** : MORGEN AGRO PECUARIA E TRANSPORTES LTDA  
**ADVOGADO** : HERMINDO DUARTE FILHO - PR006400  
**INTERES.** : FRANCISCO KONRAD  
**ADVOGADO** : MARCELO BARZOTTO - PR034920

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela GAPLAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA., fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 1.373):

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONSÓRCIO PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. DEFERIMENTO. CONTESTAÇÃO DA LIDE SECUNDÁRIA. REVOGAÇÃO DA DECISÃO. AGRAVO RETIDO. REITERAÇÃO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. ANÁLISE PREJUDICADA ANTE A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO NA LIDE PRINCIPAL CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE CONSÓRCIO. VALOR DA DÍVIDA EM MONTANTE MUITO SUPERIOR AO CONTRATADO INICIALMENTE. NÃO DEMONSTRAÇÃO PELA PARTE CREDORA DA EXISTÊNCIA DE MOTIVOS HÁBEIS A JUSTIFICAR A DESCOMUNAL ELEVAÇÃO DA DÍVIDA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MORA DESCONFIGURADA. INCLUSÃO DE OUTRO BEM NO PLANO CONSORTIL ALÉM DAQUELE QUE FORA ADQUIRIDO QUANDO DA CONTEMPLAÇÃO DA RESPECTIVA QUOTA. BEM QUE ATÉ A POUCO TEMPO ESTAVA REGISTRADO EM NOME DO CONSORCIADO. ATO SIMULADO QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO, AO MENOS DE FORMA CULPOSA, DA AUTORA. PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO FUNDADO NO ART. 3º, §62, DO DECRETO-LEI Nº 911/69. IMPROCEDÊNCIA. RÉ QUE CONTRIBUIU PARA A PECULIAR SITUAÇÃO CONSTATADA NOS AUTOS. POSTURA INCOMPATÍVEL COM A BOA-FÉ OBJETIVA. SUCUMBÊNCIA MANTIDA. RECURSOS DE APELAÇÃO NÃO PROVIDOS.*

**ANÁLISE DO AGRAVO RETIDO PREJUDICADA.**

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados às fls. 1.406/1.414.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 6º do Decreto-Lei 911/69; 346, III e 349 do CC; Súmula 28 do TJPR, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, que: (i) *"não há mais motivação jurídica para a manutenção desta recorrente no polo passivo da demanda, tendo em vista que o sub-rogado assumiu a condição de titular de direito e obrigações emergentes da relação jurídica subjacente outrora travada entre a autora da ação e a ré"* - (fl. 1.469); (ii) *"a aplicação de indevida legislação ao caso concreto acabou de toldar o resultado da perícia técnica insistentemente pleiteada pela recorrida"* - (fl. 1.473); (iii) *"esta Corte de Justiça admite seja alienado o bem pertencente ao patrimônio do devedor para garantia de dívida por este contraída"* - (fl. 1.480).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Quanto à alegada violação dos arts. 6º do Decreto-Lei 911/69; 346, III e 349 do CC, verifica-se que o conteúdo normativo dos dispositivos invocados no apelo nobre não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, ainda que a parte ora recorrente tenha oposto embargos de declaração a fim de sanar eventual irregularidade.

Ressalte-se que esta eg. Corte de Justiça consagra orientação no sentido da necessidade de prequestionamento dos temas ventilados no recurso especial, não sendo suficiente a simples invocação da matéria na petição de embargos de declaração. Caberia à recorrente, na hipótese, alegar violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, providência, todavia, da qual não se desincumbiu. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, na espécie, a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO**

*ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AÇÃO DE RESOLUÇÃO PARCIAL DE CONTRATO E RESTITUIÇÃO DE VALORES COM PEDIDO DE ADIMPLEMENTO DE CONTRATO DE PLANTA COMUNITÁRIA. RECONHECIMENTO DO DIREITO À RESTITUIÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. ARTS. 538 E 884 DO CC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O Tribunal de origem entendeu que "não tendo a demandada retribuído o investimento realizado pelo consumidor, conforme determinava a portaria que regulamentava a relação entabulada entre as partes à época, nada impede que o contratante postule e veja reconhecido seu direito em ver o valor investido devidamente devolvido. Rever esta conclusão esbarraria no óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ".*

*2. A matéria referente ao art. 884 do CC não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).*

***O Superior Tribunal de Justiça não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.***

*3. Agravo regimental não provido."*

(AgRg no AREsp 663.279/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015, g.n.)

Ademais, em relação à alegada violação da Súmula n. 28 do TJPR, cumpre ressaltar que *"a interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, 'a' da CF/88."* (REsp 1.309.015/SP, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 4/2/2014).

Ainda, observa-se que a parte recorrente alega ausência de valoração da prova pericial postulada, mas não indica qual ou quais dispositivos entende violados, tornando patente a falta de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a

incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

*“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUEIMA DE CANA DE AÇÚCAR - REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SUMULA 284 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. A reforma do julgado quanto à ocorrência ou não do dano, que gerou a obrigação de indenizar, demanda inegável necessidade de incursão nas provas constantes dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Incidência do óbice da Súmula 7 desta Corte.*

*2. A alegação de ofensa genérica à lei, sem a particularização dos dispositivos eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior, fazendo incidir o enunciado da Súmula 284/STF.*

*3. A admissibilidade do recurso especial pressupõe-se uma argumentação lógica, demonstrando de plano a violação do dispositivo legal pela decisão recorrida, a fim de demonstrar a vulneração existente, o que não ocorreu na hipótese da alegada violação ao art.*

*38, § 4º, da Lei 12.651/12.*

*4. Agravo regimental não provido”. (AgRg no AREsp 721.287/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 27/08/2015)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator